



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 83

Sessão Ordinária de Abril

1.ª reunião em 19-04-2013

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Victor Manuel Marques de Oliveira, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Anabela de Almeida Gonçalves, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Maria Inês Sequeira Bastos Abreu e Antero Marques dos Santos.⁰⁰¹

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, João Francisco Carvalho Sousa e Marília Fernanda Correia Martins (chegou às 21:30 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Raúl Ventura Martins, Paulo Jorge Teira de Jesus, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Victor Manuel Marques Oliveira, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Anabela de Almeida Saraiva, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, respetivamente.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião, por Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, Firmino Marques Ferreira, e Paula Sofia Gonçalves Ramos.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo e Castro Silva Pinheiro, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Aveiro - Para anular o Concurso Público para a constituição do direito de superfície para a concepção, construção e exploração de quatro parques de estacionamento público em subsolo e concessão da exploração de um parque de estacionamento sito no Mercado Municipal Retalhista "Manuel Firmino" e de lugares de estacionamento oneroso na via pública, na cidade de Aveiro, decidido e aberto pelo Conselho de Administração da MOVEAVEIRO;

Ponto 3. – Prestação de Contas:

- a) **Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, do ano de 2012 da Câmara Municipal de Aveiro;**
- b) **Relatório de Gestão e Contas do ano de 2012 dos Serviços Municipalizados de Aveiro;**

Ponto 4. – Regulamento para o cargo de dirigente intermédio de 3º grau do Município de Aveiro;

Ponto 5. – Planos de Pagamento plurianuais ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06:

- a) **Acordos de Regularização de Dívidas (vários);**
- b) **Acordo de Regularização de Dívida–ACASA;**

Ponto 6. – Contratos Programa com Entidades Empresariais locais:

- a) **Contrato Programa CMA e a Moveaveiro;**
- b) **Contrato Programa CMA e a EMA;**

Ponto 7. – MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, EEM – análise do processo de extinção e Concessões;

Ponto 8. – Moção: Concessão do serviço de autocarros da MOVEAVEIRO - anulação do concurso público e desistência do negócio;

Ponto 9. – Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia, apreciação.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [004](#)

Ata n.º 81 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 82 – Sessão Ordinária de Fevereiro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificando a presença de nenhum munícipe que quisesse usar da palavra, o presidente da Mesa, indicou que iria iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia.

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Casimiro Simões Calafate, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Elisabete Krithinas de Freitas, Carlos Mário Magalhães Anileiro.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto da *Ordem-do-Dia* os seguintes vogais:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seíça Neves (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁶

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores Deputados, a recente decisão do Tribunal Constitucional de consideração de inconstitucionalidade de quatro normas da Lei de Orçamento de Estado do Governo PSD/CDS confirmou uma política e um governo com uma ação que, muito para lá das normas e disposições do Orçamento do Estado agora julgadas, se assume arrogante e deliberadamente à margem da lei e em claro desrespeito e violação pela Constituição da República Portuguesa.

É na política de desastre económico, no rasto de devastação social e na aviltante postura de submissão e dependência externa conduzida pelo atual governo que radica a urgente e inadiável exigência democrática e patriótica da demissão do Governo, da realização de eleições antecipadas e de rejeição do Pacto de Agressão.

O PCP alerta desde esta Assembleia para as manobras em curso que visam a substituição ou o contorno das normas consideradas inconstitucionais por outras de efeito semelhante ou eventualmente até mais grave para as condições de vida dos trabalhadores e do povo. Exemplos disto são os eventuais cortes no subsídio de doença ou desemprego.

O fracasso deste Governo é vivido na prática pelos milhões de portugueses que sentem no seu dia-a-dia a crise capitalista. O rumo de retrocesso e declínio do país consagra-se todos os dias com os balanços económicos periódicos, com efeito, desde o Pacto de Agressão a recessão acumulada é já de 5,7%, um défice orçamental de 6,4%, uma dívida pública que corresponde a 124% do PIB no final de 2012.

Só sobre o ano de 2012 o défice aumentou mais de 3 mil milhões de euros e a dívida mais de 19 mil milhões de euros. O desemprego real ultrapassa os 25% e atinge cerca de 1,5 milhões de trabalhadores. Este é o país do Pacto de Agressão.

Em Aveiro, este mês, assinalamos o 40º aniversário do 3º Congresso da Oposição Democrática. Um marco fundamental pelo número de democratas participantes na sua preparação, organização e direção, pelas duzentas teses apresentadas sobre os mais importantes assuntos de natureza política, económica e social do país, pelos milhares de participantes nas suas sessões vindos de todo o país, pelos importantes objetivos que fixou com destaque para o fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas.

O 3º Congresso representou ainda um importante momento na construção da unidade das principais forças progressistas e sectores democráticos em torno de orientações, análises,

objetivos programáticos e para as grandes direções de ação e intervenção combativa contra a ditadura fascista que marcaram uma superação clara das hesitações e conceções erróneas de alguns sectores democráticos.

O 3º Congresso ficou ainda marcado pelo cerco à cidade pelas forças policiais e pela repressão fascista que se abateu no momento da romagem ao túmulo de Mário Sacramento, prestigiado intelectual comunista impulsor dos 1º e 2º Congressos.

O 3º Congresso foi um grande congresso, uma data fundamental para a construção de Abril, uma data que orgulha e muito Aveiro, e que orgulha e muito todos os democratas.

Por último, o Partido Comunista português gostaria de fazer o justo reconhecimento à Assembleia Municipal de Aveiro, ao seu Presidente, à Mesa, aos seus diversos funcionários e quadros, à Câmara Municipal de Aveiro e aos seus diversos funcionários e quadros pelas facilidades e apoios concedidos para a realização da exposição ainda patente neste edifício: “Álvaro Cunhal Vida pensamento e obra: exemplo que se projeta na atualidade e futuro”. Bem como para a realização da Sessão Pública “Álvaro Cunhal e a construção da unidade antifascista nos 40 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática”.

A todos o PCP faz um público agradecimento, relevando o alto espírito democrático revelado e que sem dúvida em muito engrandece as instituições desta cidade.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁷

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Boa noite a todos os presentes. Depois de ter reduzido o investimento público aos níveis mais baixos de sempre, o governo congelou toda a despesa corrente, arrefecendo a economia portuguesa que já se encontra neste momento praticamente parada.

O resultado é óbvio. Vai ser ainda mais difícil, mais desemprego e mais pobreza, menos vida para a maioria dos portugueses e um garrote para as pequenas e médias empresas. Por trás disto está lago que nada nem ninguém consegue contornar. Pela segunda vez consecutiva o Tribunal Constitucional rejeitou algumas das medidas orçamentais deste governo. Para este governo ficou aliás demonstrado que o respeito pela constituição é igual a zero e que esta só serve para atrapalhar a sua des governação. Se em 2012 o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional o corte de subsídios de férias e natal aos funcionários públicos e pensionistas, agora em 2013 foi o corte de subsídio de férias de funcionários públicos, pensionistas e cortes de subsídios de doença, e por fim os cortes nos contratos de docência e investigação. Esta reincidência grave em medidas constitucionais, é mais que suficiente na opinião do bloco de esquerda para se considerar que este vosso governo perdeu legitimidade para se governar. Não tem neste momento o apoio da grande maioria dos portugueses, não governa de acordo com o próprio programa, e a sua ação governativa falhou em todos os níveis. Portugal é hoje, por vossa responsabilidade, uma sombra de si mesmo. E a responsabilidade reparte-se pelos partidos que assinaram o memorando que escraviza o país perante a Troika: PS, PSD e CDS. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁰

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹¹

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Telmo Vieira Martins.)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹³

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰¹⁶

Presidente da Mesa⁰¹⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹⁸

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰¹⁹

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²²

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁴

“Muito o brigado Senhor Presidente. Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara, Caros Colegas. Tenho aqui apenas duas questões para ventilar. Uma dela já foi minimamente abordada. É que ao fim de dois anos foi aprovada uma recomendação ao governo para retirada do pórtico da A25 — ainda bem! Mas eu acrescentaria, não só o pórtico do estádio, mas também o de Angeja e o pórtico da autoestrada. Portanto este processo, penso deve englobar todo o processo de retirada de pórticos que rodeiam a cidade de Aveiro. Acho que é urgente o governo tomar medidas. Aliás, basta olhar para o município de Aveiro, que sabe com certeza que em muitas situações esta Assembleia também já recomendou isso mesmo. Portanto basta que o governo ouça estes órgãos fiscalizadores que são as Assembleias, sejam as municipais ou a assembleia da república.

Outro assunto que eu queria referir é que realmente devemos estar todos juntos pela defesa dos interesses da área da Ria de Aveiro, da zona da Ria neste caso, nomeadamente, eu diria, no roubo que se está a fazer com a cobrança da taxa de recursos hídricos nos terrenos agrícolas junto à Ria. Mas também, alertar, para o grande desgaste que está a ser feito por não se ter feito a estrada dique Aveiro/Murtosa. Aquele dique só está feito a meio e as águas salgadas entram de montante e a jusante e depois não saem. Portanto salgam os terrenos.

Portanto é urgente que a Região de Aveiro, se una para avançar com este projeto que já existe no papel, que já está orçamentado. Portanto é realmente urgente realizar verba seja europeia seja nacional para esse projeto ir para a frente, porque é uma forma de obtermos ali uma riqueza regional e nacional de turismo que tanto nos interessa neste momento.

Por último quero-me congratular porque o distrito de Aveiro continua a ser um distrito exemplar. Porque ainda na semana passada foi assinado mais um acordo para a construção de uma fábrica nova de cerâmica que vai empregar mais de trezentas pessoas. Portanto Aveiro terá desemprego em certos sectores, mas continuamos a ter investimentos para que o emprego surja. E o que é certo é que está a surgir. Obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Muito obrigado senhor Presidente. Gostava de fazer duas notas de âmbito nacional. E uma tem a ver com a questão do acórdão do Tribunal Constitucional. Os meus colegas já se referiram, mas para além da avaliação do conteúdo que eu acho que é mais ou menos consensual, pior é a reação que o PSD a nível nacional e particularmente a nível local teve nesta matéria. Eu tive oportunidade no sábado discutir este assunto na rádio Terra Nova e de facto fiquei espantado porque já há muitos anos não ouvia o celebre discurso das “forças de bloqueio” que o líder do PSD na Assembleia no trouxe. É que de facto cada vez que há uma decisão de um órgão qualquer, seja de um partido político seja de uma instituição, e que seja contrário aos seus interesses “aqui d’el rei” que são os tribunais e as instituições que estão a por em causa o desenvolvimento do país. Mas não disse só isto! Disse que o Tribunal Constitucional era um Tribunal político e que tinha de ser alterado e que a Constituição tem de ser alterada porque é uma constituição que ainda notas de rumo ao socialismo. E o nosso

colega do Partido Comunista, fez questão de lembrar (e faço nota dessa matéria) que as revisões constitucionais precisam salvo erro de dois terços na Assembleia da República para serem aprovadas. E portanto a Constituição que hoje existe em Portugal teve a concordância do PSD, sempre. Portanto não é possível haver no quadro legal legislativo uma constituição que não tenha a aprovação do PSD. Portanto eu reafirmo, se alguma coisa está errada com a constituição apresentem uma proposta, vamos ao debate, e depois se ela tiver colhimento vai a votação e será alterada.

Segunda questão, e que faz lembrar aquele episódio penso que de 1991, quando o ministro da guerra de Saddam Hussein, quando confrontado com o iminente ataque das tropas americanas, ele dizia que o país estava seguro e que não ia haver guerra ou seja contra todas as evidências. Faz-me lembrar o nosso Primeiro-ministro, quando justificava o Conselho de Ministros para apresentar mais um conjunto de medidas de incremento de austeridade, dizia. Agora que estamos mais perto dos resultados e do caminho da consolidação que estamos a fazer, temos de apostar no crescimento da economia. Ou seja, quando o país todo há dois anos anda a dizer que não é possível uma política de austeridade sem uma política de crescimento económico, o senhor Primeiro Ministro descobriu que isto agora não era necessário.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Boa noite. Neste Período Antes da Ordem do Dia em nome desta bancada queria deixar aqui nesta Assembleia um voto de pesar pelos cidadãos falecidos e feridos, Aos próprios, às suas famílias e amigos assim como a todo o povo Americano que foram vítimas do atentado em Boston durante uma prova desportiva, uma festa de uma prova desportiva, numa maratona com história, queria também condenar todas e esta forma em particular de violência e de terrorismo que mais não visa que aterrorizar os povos e os governos democráticos.

O nosso voto é de pesar pelos atingidos e de repúdio aos que prepararam, elaboraram e executaram este vil atentado e condenar também todo o tipo de terrorismo que tenta aterrorizar os povos e as democracias. Condenamos estes atos nos Estados Unidos ou em qualquer outro País para nós o terrorismo e os seus executantes não têm rosto, Pátria ou ideais.

São condenáveis em qualquer lado e nada os justifica, somos de opinião que uns minutos de média e televisão não justificam tal ato e daí o nosso repúdio e condenação desses atos e o voto de pesar a todos os atingidos e a todo o Povo Americano.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal⁰²⁴ foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:⁰²⁷

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁸

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁹

“Boa noite de novo. Eu tenho esta mania esquisita de respeitar aquilo que foi acordado em reunião de comissão permanente e então não falei da portagem na primeira ronda, onde supostamente devíamos falar de política nacional e não local. Foi com algum espanto que vi que todas as bancadas desrespeitaram isso, mas ninguém disse nada, por mim está tudo bem, mas se calhar devíamos reunir de novo e tentar chegar a um acordo sobre como a assembleia deve funcionar.

E portanto, nesse o âmbito, ainda do que se passa no nosso concelho, gostava de lembrar aqui aquilo que foi a luta, de forma diferente por cada um dos partidos, contra a introdução de portagens nas scuts que, como é sabido, prejudicou os cidadãos de todo o país, mas de forma mais intensa e injusta aqueles que são de Aveiro.

O concelho de Aveiro sofreu, como se sabe um cerco total de pórticos com portagens. Um deles, foi esse mesmo incluído dentro do perímetro urbano, junto ao estádio municipal.

Nesta assembleia muito se discutiu a intenção de remover esse pórtico. No PS, houve até quem sugerisse cortá-lo com uma motosserra. Pois bem, nenhum partido teve a coragem, na Assembleia da República, de propor o fim concreto desse pórtico, mas a verdade é que a maior parte dos partidos teve a coragem e a vontade política de votar a proposta do Bloco de Esquerda nesse sentido. Imagine-se, só a bancada do PS é que votou contra (apenas três deputados votaram a favor)

A conclusão é simples: se dependesse do PS, os aveirenses continuariam a pagar portagem para passar junto ao estádio municipal.

Na verdade, se dependesse do PS os aveirenses e todos os cidadãos portugueses continuariam a pagar todas as portagens que atualmente estão colocadas nas SCUTs. Mas o Bloco garante que vai continuar a lutar contra todos os outros pórticos e, portanto, contra a opção que é comum a todos os partidos daquela que são da esfera do Poder.

Mas mudando de assunto, porque nesta Comunicação muito se fala de “gestão autárquica”, a Câmara Municipal de Aveiro tem feito várias adjudicações directas. Na minha opinião, e na opinião da grande maioria dos cidadãos, as adjudicações directas são contrárias ao interesse público, por razões mais ou menos óbvias. Uma das quais é contrariar os benefícios que o adjudicante tem pelo simples facto de haver concorrência.

Ao adjudicar directamente, nunca se está a comprar pelo melhor preço. Quando se está à frente duma autarquia e, portanto, se está a gastar dinheiro que é de todos, tem que haver a responsabilidade de comprar sempre pelo preço mais baixo. Para defender precisamente o erário público.

Ora, se nós formos ao site despesapublica.com, onde se registam todas as adjudicações directas deste país, verificamos, por exemplo, que entre Fevereiro de 2010 e Outubro de 2012 a Câmara Municipal de Aveiro, ou seja, este Executivo que está atualmente em funções, fez nada mais nada menos do que dez adjudicações directas a uma empresa chamada Antero Santos & Santos!?

Essas adjudicações têm um valor global acima do meio milhão de euros, ou seja, exatamente 544.514,30 euros.

A adjudicação direta até pode ser legal. Mas não é por ser legal que é obrigatoriamente uma boa opção política. Até por uma questão de transparência na gestão da coisa pública, não abona nada a favor de qualquer executivo autárquico andar a fazer tantas adjudicações directas com pessoas e empresas próximas da sua esfera política e até pessoal.

Fazendo uma ligeira investigação na internet, percebe-se que esta empresa está sediada em Aveiro e, tanto quanto consegui saber, tem como acionistas pessoas, curiosamente todas com

o mesmo apelido. Mário Duarte Fonseca, Eulália Maria Fonseca e aquele que deu nome à empresa — Antero Marques Santos.

Aquilo que eu pergunto, em nome da transparência na gestão pública, é se este acionista Antero Marques Santos é o mesmo que se senta regularmente nesta bancada, por ser também presidente de junta, e que por isso está precisamente bastante próximo da esfera do CDS e do PSD. Essa é a pergunta, se é a mesma pessoa a quem a Câmara fez tantas adjudicações diretas?

Por fim, gostava de me referir ao estado das estradas no concelho de Aveiro. Não o vou descrever, porque não é preciso. Mas foi com alguma angústia que li nos jornais que talvez o presidente Élio Maia não se recandidate à Câmara. Ninguém sabe se se candidata ou não. É que se se recandidatar, talvez alguns dias antes, alcatroe todas as estradas de novo. Se não se recandidatar nem isso. E os aveirenses não aguentam o estado atual das estradas. Muito Obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰³⁰

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³³

(Entretanto, deram entrada na sala os vogais, Sesnando Alves dos Reis e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias)

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou chamar a atenção de algumas coisas, informar outras e sugerindo outras. Começava pelo Mercado do Peixe, Mercado José Estêvão, cuja requalificação vai começa no próximo mês de maio, para ficarem prontas em junho. Ainda bem que se vai esta alteração ao mercado, estas melhorias. O que dá a impressão que há males que vêm por bem. E quando eu digo que há males que vêm por bem é que isto só se vai fazer devido aos estragos que foram feitos depois das intempéries. Neste caso é um mal que veio por bem. Felicito a Câmara por fazer isto e, ao mesmo tempo, nesta requalificação nós sabemos, e muito bem, que vai ser alterada a circulação de automóveis. Eu pergunto se nesta alteração ao trânsito naquela zona, se logo aí, se também vamos fazer, que devemos, alteração ao trânsito na Rua João Mendonça. Acompanhar a circulação na zona do Mercado José Estêvão não é preciso fazer-se já a requalificação que se pretende fazer na Rua João Mendonça. Porque aquilo que me é dado a conhecer ou que me vêm dizer é que nós sabemos, já vimos o projeto, que está um projeto bonito para aquela zona mas parece que não se vai fazer. Ou que tão cedo não se vai fazer. Se não se fizer já pelo menos deve-se fazer a alteração ao trânsito. Se fizesse já era melhor. E aproveitando estes melhoramentos eu queria chamar a atenção do seguinte. Temos informado diversas vezes que a ponte de Carcavelos está num mau estado de imagem, precisava de ser pintada. Estamos, neste momento, a aproximarmo-nos do fluxo turístico. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, a Junta propõe-se como temos feito diversas vezes a adquirir as tintas que forem necessárias para que a obra seja feita. Também pedia para o caso da Marinha da Troncalhada, na saída da ponte levadiça, a correção dos passeios na curva que tornam difícil a saída e entrada de automóveis. Eu pedia que fosse feito lá uma melhoria porque aquilo não é preciso muita coisa, é só partir um bocado de passeio e pôr ali um bocado de cimento.

Já que estamos a falar em turismo queria lembrar o seguinte foram implementadas na cidade diversas placas de informação turística. As placas que foram feitas é uma negação à informação e à imagem. As pessoas dentro do automóvel não veem. Aquilo está muito

bonitinho mas não se vê. Aquilo é para o peão? O peão também não vê, nem com óculos de ver ao longe. Está muito bonitinho mas não condiz com aquilo que deve ser.

Outra situação é a elaboração do Plano de Segurança e Saúde da escola da Vera Cruz. Eu gostava de ter acesso a este plano, se possível. Também gostava de saber qual é o apoio que tem sido feito no Mercado Manuel Firmino. E para terminar queria chamar a atenção do seguinte. É bom que o Sr. Presidente da Câmara saiba disto. No prédio Fernando Távora o telhado está degradado, as associações do último andar, por acaso Coral Polifónico e Grupo Etnográfico, têm grandes problemas porque chove lá dentro como na rua. E é inconcebível que responsáveis da Câmara conheçam isto há mais de três meses e continua tudo na mesma. O pior é que se vêm queixar à Junta quando nós não temos nada a ver com isso. Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse lá alguém que fosse ver aquilo, pelo menos para garantir o prédio, que é um prédio com valor e que se está a degradar.”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[035](#)

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Relativamente à comunicação do Sr. Presidente permitam-me dizer que talvez S. Jacinto tenha tido o melhor presidente de câmara. Talvez ou posso dizê-lo com a certeza de que teve o melhor presidente de câmara que poderia ter tido ou que poderia ter desejado. Diminuiu-nos o IMI. S. Jacinto era considerada uma área turística e por isso tínhamos uma taxa de IMI muito elevada, mas, de facto, não é uma área turística, é uma área residencial de pessoas que não têm grandes posses. E diminuí-nos o IMI quando temos uma câmara com dificuldades financeiras, mas teve essa coragem de apoiar as pessoas que trabalham e lutam todos os dias para terem os seus bens e não os verem sobretaxados.

Fala-se de pavimentações, da necessidade de pavimentações. S. Jacinto tem-nas, solicitou-as e teve-as onde elas eram mais necessárias. Não podemos dizer que temos buracos porque com a Câmara temos tapado todos os buracos existentes na freguesia. Podemos fazê-lo devagar, com calma, mas fazemo-lo dentro das nossas posses e não nos endividamos para o fazer. Mas é um facto, podemos afirmá-lo, que não há buracos em S. Jacinto, porque nós trabalhamos com a Câmara. Depois temos a pavimentação de uma rua, a única rua que não estava pavimentada em S. Jacinto, que é a Rua da Saudade e a Travessa da Saudade, nunca estiveram pavimentadas, nunca houve nenhum executivo camarário que tenha tido vontade de o fazer. Moram lá poucas pessoas, se calhar, do ponto de vista eleitoral, não é muito atraente estar a pavimentar aquela rua, mas o facto é que esta câmara o fez e com um valor relativamente alto, cerca de trinta mil euros.

Temos quase, quase, concluído um sonho de muitos anos que é a construção do núcleo de apoio à pesca. Todas as localidades da Ria de Aveiro têm um porto de abrigo para os seus pescadores, S. Jacinto nunca o teve. Finalmente vai tê-lo porque esta Câmara o vai construir. Temos a requalificação da nossa avenida marginal, talvez a obra mais necessária para uma freguesia que em grande parte vive do turismo. Há anos que falamos sobre isto e essa obra irá avançar, seguramente, este ano.

Temos o CarSurf que está praticamente concluído e que irá trazer, seguramente, muita gente a S. Jacinto e irá dinamizar a nossa economia.

Deixe-me dizer-vos relativamente aos executivos camarários passados e este a justiça tem que ser feita. S. Jacinto teve ou foi explorado, foi vendido, a anterior câmara fez loteamentos, vendeu os lotes, vendeu os terrenos, não pavimentou, não construiu passeios. Esta câmara, vou dizê-lo sem falsas modéstias, e esta Junta têm feito obra que deveria estar feita há vinte e tal anos. Nomeadamente a pavimentação das ruas Miguel Torga, da rua Raúl Brandão e a praceta das Tropas Paraquedistas. A construção das habitações tem vinte e tal anos, são da década de oitenta, e nunca foi pavimentada. Os lotes foram vendidos, a câmara encaixou o dinheiro mas não deu aos seus moradores que pagam IMI as devidas contrapartidas.

Este Executivo camarário, apesar de todas as dificuldades que nós sabemos que foi tendo, foi fazendo obra e foi fazendo-a bem-feita para o bem das populações. Portanto, o nosso muito obrigado.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[036](#)

“Ex.mo Sr. Presidente. Ex.ma Câmara. Ex.mos Srs Deputados. Comunicação Social. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me informasse sobre a construção do Centro de Saúde de Esgueira. Se vai começar em breve ou se o protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Ministério da Saúde já foi anulado? Já na última assembleia fiz esta pergunta mas nunca tive resposta. Sobre a Unidade de Saúde Familiar desta freguesia tivemos notícias recentes onde nos referiram o seu fecho, uma vez que ia ser feita mais uma USF em Aveiro. Isto deve ser um ‘karma’ de Esgueira. Logo numa altura em que se vive uma maior insegurança social e em que os transportes não abundam, a nossa população está, cada vez mais, envelhecida, mas para este governo isso parece não ser importante. Da parte da Administração Regional de Saúde (ARS) ainda nada nos foi comunicado, facto que nos levou a marcar uma reunião, por várias vezes, com o Dr. Serra, presidente da ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), a qual ainda não foi agendada. Encetámos todos os esforços para que a Unidade de Saúde não encerre antes do Centro de Saúde de Esgueira estar construído. A população de Esgueira merece o nosso esforço. Gostaríamos de saber se a Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do Sr. Presidente, está disponível para nos acompanhar nesta luta.

O polo de leitura de Esgueira, do nosso ponto de vista, caiu no esquecimento. Nunca mais recebeu jornais nem revistas, à exceção do Diário de Aveiro. Continua aberto apenas de tarde quando tem muitos utentes a querer frequentá-lo de manhã. Durante as férias da técnica está fechado. Mesmo assim, num levantamento feito, podemos analisar que o empréstimo de livros, em dois mil e onze, foi de mil oitocentos e cinquenta e três, e em dois mil e doze foi de dois mil quatrocentos e quarenta e oito. Podemos considerar um movimento interessante apesar de há alguns anos não entrarem livros novos neste polo de leitura. Porquê a diferença entre o polo de leitura de Esgueira e a Biblioteca de Aveiro? Será que as pessoas de Aveiro merecem um tratamento diferente? Mais uma vez lamento o tratamento que continua a ser dado à freguesia de Esgueira. Podíamos falar de outras grandes diferenças, mas mais vale ficar por aqui.

Gostaria de lamentar que S. Jacinto seja uma freguesia à parte. Nós também temos buracos, também os tapamos, muitas vezes com a ajuda da Câmara, outras vezes sem ajuda de ninguém. Não temos ruas dignas, não temos jardins dignos, porque é que S. Jacinto tem tudo? S. Jacinto é um paraíso que fica para lá da Ria, será?”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[037](#)

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Uma abordagem muito breve à comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Muito rápida, coisa simples. Muito ao meu jeito, prático, isento de técnica. Registo que me agrada a preocupação da Câmara em relação aos choupos que temos na cidade, na minha freguesia em particular porque é essa que mais diretamente me interessa. São um perigo. Recordo que o sr. Vice-presidente já disse aqui que, progressivamente, este assunto está a ser acompanhado. Ainda bem. Não convém descuidar porque ainda há dias, sem qualquer vento, sem qualquer sinal de tempestade, caiu um ramo que a Junta resolveu. Os choupos não são árvores urbanas, naquele tempo foram plantadas, mas são estas que temos que substituir porque não se adaptam, são muito crescidas, e não estão adequadas ao momento atual. Permitida pela mudança de tempo que está excelente, que o S. Pedro resolveu brindar-nos, resolvi fazer uma caminhada por toda a zona do Parque

da Sustentabilidade. Como nunca tenho tempo para andar a pé, não sou apologista de andar a pé, talvez por isso é que estou a engordar uns quilos, tenho que ter mais cuidado, tenho que andar mais pelo Parque da Sustentabilidade, constato que, finalmente, estamos a ver luz ao fundo do túnel. Confesso que durante algum tempo receei que não tivéssemos que não tivéssemos o Parque da Sustentabilidade concluído, as zonas bonitas, os espaços verdes. Realmente, a intervenção que está a ser feita leva-me a ter hoje uma opinião diferente. Convém também dizer que as condições climáticas não favoreceram absolutamente nada. A situação entretanto mudou e vamos ter sem dúvida nenhuma uma freguesia diferente, uma cidade diferente, bonita, convidativa a caminhadas, a passeatas, onde todos nos vamos sentir bem.

Perguntar ao Sr. Vereador da Educação como está a escola da Glória. Vamos ter a escola concluída brevemente? Eu passo por lá e vejo que as obras parecem-me estar a decorrer bem, mas não tenho qualquer informação do prazo da sua conclusão. Se é para breve, se é para demorar muito mais tempo. Enfim, são questões que nos são colocadas de vez em quando e nós gostamos de ter uma resposta. Também referir aqui, porque isso me envolveu pessoalmente, e à Junta de Freguesia da Glória, já lá vão vinte e sete ou vinte e oito anos que estive envolvido nessa situação, o retorno do edifício da junta para os Bombeiros Velhos. Penso que nesta Assembleia ninguém saberá a verdadeira história daquela casa. Talvez por isso eu compreenda que nem todos os Vereadores votaram favoravelmente. Não discuto isso, quem sou eu, cada um votou em consciência, mas a verdade é que penso que nem todos conheciam, ou que ninguém conhecia, a história daquela casa. Muito rapidamente, porque para mim aquilo foi muito importante, era uma dívida, um peso, que eu tinha para com os Bombeiros Velhos. E digo eu porque, na altura, o sr. Presidente da direção dos Bombeiros Velhos, o Sr. Ulisses Pereira, teve uma frase que cravou bem fundo: «em consideração para com o meu amigo Fernando nós vamos ceder a casa com a certeza de que, logo que possível, ele nos irá devolvê-la». Foram, mais ou menos, estas as palavras que me foram dirigidas. Aquele edifício tinha sido prometido, pela Câmara Municipal de Aveiro, aos Bombeiros Velhos, fazia parte dos terrenos do quartel. Isto foi nos anos oitenta e cinco ou oitenta e seis. Nós fomos forçados a encontrar uma solução para a Freguesia da Glória porque, naquela altura, a Glória e a Vera Cruz funcionavam em simultâneo num estabelecimento comercial junto ao Hotel Imperial. Com a saída da Junta da Vera Cruz para um edifício próprio, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o senhorio, proprietário da loja, pessoa que nós todos conhecemos e recordamos, Dr. Paulo Catarino, pai do anterior presidente da Câmara Municipal de Aveiro, pressionou-nos para sairmos. Com toda a legitimidade. E porquê? Porque o inclino era a Junta de Freguesia da Vera Cruz, o recibo era em nome da Junta de Freguesia da Vera Cruz e não havia nada que nos vinculasse ao espaço onde estávamos instalados. Foi aquela a solução que apareceu, foi aquele espaço que nos foi cedido. Ao fim destes vinte e sete ou vinte e oito anos eu vejo com agrado que aquele compromisso que, na altura e verbalmente, me foi referido está finalmente cumprido. Obrigado sr. Presidente da Câmara, digo-lhe isto com muita sinceridade, com muita profundidade. O Sr. aceitou a nossa sugestão, era uma dívida que eu tinha, foi uma promessa que eu, felizmente, ainda consegui cumprir, o que, para mim, foi realmente muito importante. Esteve bem a Câmara Municipal ao aceitar esta sugestão, o seu a seu dono, como se costuma dizer. Apenas isto. Muito obrigado.”

Vogal Vieira dos Santos (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes. A minha intervenção é simples, mas para alertar aquilo que amanhã pode ser uma tragédia. É importante que o Sr. Presidente da Câmara veja a ponte sobre a A1 que liga Eirol à Unidade de Tratamento.

Outro assunto é sobre o muro junto à habitação social em Carcavelos, na Rua Prof. Celso. Já alertei várias vezes sobre o tráfego que vai para a Unidade de Tratamento passa muito por ali, um dia destes temos ali uma tragédia, principalmente com as crianças que brincam junto ao muro. Por outro lado, penso que devia ter sido construída uma ponte pedonal na passagem de nível junto à Baralha, principalmente para que as pessoas já idosas e que vão fazer as suas compras a Águeda, nomeadamente ao Sábado, pudessem passar com os sacos e os carrinhos de compras. Andam ali por cima daquelas barreiras perigosas com o perigo de caírem e se ferirem.

Agradecer ao Sr. Vereador Carlos Santos a rapidez do apoio que deu para repararem as crateras na Rua do Quinchoso. E já agora, trinta e cinco mil euros para os parques infantis em Santa Joana, meus senhores... Eirol zero; fica mal. As crianças de Eirol também merecem um parque infantil. Obrigado.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Boa noite, novamente. Duas breves notas nesta intervenção. A primeira para perceber em que ponto é que estão os planos de mobilidade, quer o municipal, quer o intermunicipal. Para quando está prevista a sua conclusão. No fundo, para percebermos quando é que vamos ter a possibilidade de tomar decisões antes e não depois dos planos estarem concluídos. Não se vá dar o caso das decisões que estão a ser tomadas serem completamente me contracorrente com as decisões dos planos que estão a ser elaborados.

A segunda questão tem a ver com os valores que se apresentam em termos económico-financeiro da Câmara Municipal. Obviamente que vamos ter um ponto para discutir as contas de dois mil e doze mas nesta comunicação temos indicadores relativos ao primeiro trimestre de dois mil e treze. Primeira nota, a dívida mantém-se exatamente na mesma: cento e trinta milhões no final de dois mil e doze, cento e trinta milhões no final de dois mil e treze. O que significa que não houve qualquer tipo de alteração, não fiz as contas ao pormenor do cêntimo, mas a ordem de grandeza é muito aproximada. Segunda questão, as receitas em dois mil e treze são na ordem dos sete milhões. Abaixo do previsto? Acima do previsto? Obviamente que temos aqui épocas de pico em termos de receitas, como seja o caso do IMI, mas não se augura nada de bom com este volume de receitas a manter-se a este nível, até ao final do ano. Gostaria também de fazer um apelo. Seria interessante termos disponibilizados, logo que possível, os relatórios e contas das diversas empresas onde a Câmara Municipal tem participação, para perceber um aspecto importante e um número importante que tem a ver com a dívida do grupo municipal. É um valor que seria importante aparecer nestes documentos, até porque os documentos que são apresentados das empresas onde a câmara participa não têm exatamente, e já referi isto uma vez, o mesmo padrão e a leitura torna-se, por vezes, demasiado exaustiva à procura dos valores, porque eles diferem em termos de apresentação. Aparece balancete ou não é balancete, à data em que é, etc. Portanto, uma leitura muito mais clara e para percebermos qual é o montante da dívida do grupo municipal, à data, seria interessante ter esse valor sintetizado num documento. E para já é só.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. O clima político que se está a viver em Aveiro não pode, na nossa perspectiva, passar ao lado desta Assembleia Municipal. E eu queria, desde já, invectivar o PSD a reorganizarem-se nos assentos que estão a tomar aqui nesta Assembleia. Dividiam-se nos que apoiam o Dr. Élio e nos que, agora, lhe viram as costas. Eu acho que era muito mais curial, era mais transparente, e todos sabíamos exatamente quem é que apoia quem e os aveirenses saberiam que no PSD há uma dupla facção que quer tomar posições

diferentes daquelas que tomaram ao longo de sete anos. Quero sublinhar esta absoluta incoerência, quero dizer que o PSD não se mostra um partido fiável e quero dizer também que, apesar de quase sempre discordar do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, estou certo também que a história não o recordará como um bom presidente de câmara, mas quero dizer que o Sr. mereceria da parte, pelo menos, do Partido Social Democrata um outro tipo de tratamento. Portanto eu queria invectivar diretamente, não o líder de bancada que está ausente, mas seguramente virá na segunda-feira, já que é imprescindível no comando do partido, mas queria invectivar o PSD a dizer hoje aqui com clareza qual o seu posicionamento em relação a estas matérias. Porque durante sete anos acompanharam e defenderam o indefensável nesta Assembleia Municipal e votaram dando lastro a medidas que foram lesivas dos interesses de Aveiro e, agora, dando o dito pelo não dito, diz-se que à conta de uns estudos de opinião vêm agora virar as costas ao presidente da Câmara a quem bradaram o apoio e a quem sempre sublinharam caucionando a sua ação. E quero dizer que aqui há bem pouco tempo, quando a bancada do Partido Socialista aqui referia que as ações que foram tomada no final do ano passado, início deste ano, que cheiravam a eleitoralismo, de facto, a comunicação do Presidente para esta Assembleia confirmam isso. São muitas páginas de aberturas de concursos para pavimentações, é o reforço, como se diz na comunicação do Presidente, de verbas para a área da educação tão abandonada ao longo destes mandatos. E, pasme-se, ainda hoje foram reiterados esses testemunhos que foram sendo aqui dados também ao longo dos últimos meses e também dos últimos anos, do escandaloso tratamento diferenciado que as Juntas de Freguesia são votadas. É incompreensível que isto ainda aconteça nesta altura. O Partido Socialista já apelidou isso de uma atitude primária de fazer política com a qual nós discordamos, frontalmente, e gostaríamos de ver aqui retratado, aliás como foi crítica quando aqui se aprovou o Orçamento, que esta Assembleia pudesse conhecer, com pormenor quais são as delegações de competências feitas a cada freguesia. Isso não é possível aferir no documento do Orçamento. É pena, porque esse documento, que é um documento político devia espelhar essas opções e sabermos que recursos públicos são alocados às freguesias do nosso município, às catorze freguesias do nosso Município. Uma questão de pormenor que ilustra bem o que acabo de dizer em relação à fraca defesa dos interesses de Aveiro. Só agora é que se abre concursos para se repavimentar as vias de acessibilidade à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. Altera-se também parte dos acessos às rotundas viárias ali presentes. Essa parte do concelho foi esquecida e foi penalizada por este Executivo, por uma má decisão. Deveria ter lutado por uma solidariedade regional, como já tantas vezes aqui o dissemos. A Unidade deveria estar localizada em outro Município pertencente à ERSUC e não ali. Mas estando ali, a freguesia de Eirol e a freguesia de Requeixo não foram consideradas por este Executivo e os seus interesses não foram defendidos. E nenhuma, repito nenhuma, contrapartida digna foi dada àquelas populações que as pudesse beneficiar da lesão que este Executivo permitiu que fosse provocado. Portanto, minhas senhoras e meus senhores não posso deixar de reiterar esta profunda tristeza por verificar que as nossas chamadas de atenção se têm vindo a registar e a verificar e estão aos olhos de todos. Pena é que os partidos que sustentam esta Câmara Municipal não tomem posições claras e concretas que possam aos olhos dos aveirenses mostrar-se no que respeita às suas opções políticas. Quanto ao CDS é uma apagada e vil tristeza nada se saber, em concreto, da postura do partido. Aqui, na Assembleia Municipal vão tendencialmente procurando criticar, e bem, as más ações deste Executivo, mas queremos crer por aquilo que temos vindo a apreciar, do ponto de vista público, da direção do partido que localmente é dirigido por uma pessoa inestimável, seguramente, mas que é uma inexistência política, para tentar perceber qual é o rumo que pretendem assegurar para o futuro de Aveiro e, no fundo, saber que posicionamento têm em relação ao atual Executivo. Eu estou em crer que o Dr. Élio Maia e

os vereadores eleitos pela coligação não estão hoje sustentados nestas bancadas por metade da bancada do PSD. Eu gostava de saber quem é que apoia este Executivo. Disse.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁴³

Presidente Mesa⁰⁴⁴

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁴⁶

Presidente da Mesa⁰⁴⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Prescindo. Não, não. Prescindo é que tem sido a palavra da noite, o que tem sido curioso. Palavra da noite, salvo seja. Para as bandas da coligação “Juntos por Aveiro”. Um nome feliz, tudo corre bem, está tudo muito satisfeito. O nosso Presidente de Câmara até veio de cor-de-rosa, hoje. Está com um ar até mais bem-disposto. Não sei se limaram todas as arestas que tinham e se agora se sabe quem está junto e quem não está junto e quem está no “nim” dentro das três, das quatro ou das cinco facções que tem o CDS em Aveiro. Isto está uma grande amálgama que vai correndo. Mas eu vou guardar esta parte para o final porque eu queria deixar algumas notas. Sobre a comunicação em concreto, e escusando-me a referir a lógica da comunicação, eu acho que uma comunicação tão exaustiva é um erro e um engano. É um bocadinho ao estilo que o Dr. Élio Maia praticou nos seus mandatos, muitas pequenas coisas para depois anunciar que já fez quinhentos e trinta e oito compromissos e coisas do género. Por exemplo, na mesma rubrica arquitectura e paisagismo consegue-se colocar os arranjos importantes que nunca mais acabam do Largo do Alboi. E aproveitava para perguntar quando é que aquilo termina, porque, pelo que eu tenho visto do andamento das obras, só falta meia dúzia de metros de alcatrão e as tábuas de madeira na rua que fica mais colada à Ria, ao pé do “Alexandre”. Mas também nesta mesma rúbrica se vê o acompanhamento da plantação de seis freixos no jardim do Rossio, no âmbito do Dia da Árvore. Eu acho que a Câmara fez muito bem em fazer este acompanhamento, mas acho que é muito extenso, serão perspectivas. Depois, sobre as obras em concreto. Perguntar quando é que vão ficar, realmente, concluídas as obras no largo do Alboi, naquela zona envolvente, porque me parece que já está concluído e só está à espera que aconteça alguma coisa. Eu não sei se está à espera que se defina todo o desenho global do que é que vai ser o próximo cenário eleitoral autárquico, porque os calendários autárquicos poderão já não ser os mesmos do que o que estavam à espera. Agora se calhar vai ter de ser uma coisa um bocadinho mais cedo, uma apresentação antes do tempo, será primeiro ou não do tal outro que é suposto vir aí, quem é que fica dum lado quem é que fica do outro, os presidentes de junta dizem que sim outros dizem que não, uns apoiam até já tivemos uma intervenção acalorada do Presidente de Junta de S. Jacinto que foi aliás a única, talvez por ser independente e não do Partido Social Democrata. Todos os outros membros ilustres desta bancada fizeram as suas intervenções e disseram: «prescindo». À excepção do João Carlos Valente e da Susana Esteves que estará alinhada com o partido, com certeza. Isso será da conta dela e não da minha, seguramente. Depois para perguntar ainda em relação à intervenção que ouvi do Presidente da Junta de Eirol e que, pelo que me pareceu, tenho algum receio, sublinhando mais uma vez, que o Sr. Presidente da Câmara possa não ter dado a devida atenção. A intervenção foi no sentido que existe uma ponte de acesso entre a Freguesia e a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico que se encontra em risco de ruína, e para que não aconteça uma tragédia que foram as palavras que utilizou o Sr. Presidente da Junta, convinha certificarmo-nos mesmo se aquilo tem as condições de segurança ou não, sob pena de ficarmos aqui e principalmente o Sr. Presidente sob a responsabilidade política.

Convém verificar as condições de segurança da ponte de acesso entre a Unidade de Tratamento e a Freguesia.

Em terceiro lugar, eu fui este ano à Feira de Março, durante o fim-de-semana, pagava-se e eram os bombeiros ficavam com a receita. Até eram os bombeiros que faziam a recolha dos bilhetes. Há uns anos, não sei há quantos anos. Este ano, provavelmente por causa da nova taxa que já pagamos para os Bombeiros, também me cobraram os bilhetes à mesma, presumo que vá para a AveiroExpo. Mas a AveiroExpo, que eu saiba, é uma empresa muito bem gerida, que tem dado muito lucro e que até faz grandes concertos e de divulgação de tudo e mais alguma coisa, inclusive até no Teatro Aveirense com grandes ligações e um grande esforço e dedicação pelo desenvolvimento cultural da cidade, preenchendo muito mais do que o seu objetivo inicial que é, pasme-se, ser uma empresa para gestão dum centro de congressos. Deixava esta nota para perguntar à Câmara se a receita é para a AveiroExpo e especificamente para ser adstrita a algum tipo de investimento, ou não. Ou se é apenas para suportar os custos da empresa municipal.

E depois para dizer o seguinte. O Sr. Presidente, penso eu, já que o PSD nada disse e o seu líder municipal não está presente hoje, não terá faltado de propósito porque penso que estará para o estrangeiro, mas a Assembleia Municipal é principal órgão político, do debate político, e têm-se passado coisas que realmente abanam a estrutura do que é a coligação “Juntos por Aveiro” que ainda tem mais meio ano para governar. E esta instabilidade política tem de ser esclarecida de alguma forma. Eu presumo que o Sr. Presidente há-de dizer alguma coisa sobre isto já que um dos partidos que suportou a coligação que sustentava o seu projeto político o tratou muito mal. Eu não sou desse partido, não votei em si, não sou do seu Executivo, mas o senhor é o meu Presidente da Câmara. Só há um, foi eleito pelos aveirenses, é o meu Presidente da Câmara. E acho que foi mal tratado neste processo. E não é forma de tratamento, em termos de lealdade política, seja a que nível for e há várias maneiras de resolver as coisas e esta não foi a maneira correta. Queria deixar esta nota de solidariedade para com o Sr. Presidente. Não solidariedade política em relação a qualquer subscrição do seu mandato que V. Exa. saberá pelas intervenções que aqui fiz durante os sete anos do seu exercício que, do meu ponto de vista, tem um juízo negativo, mas pessoal e afetiva.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁰

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵¹

“Não prescindo, Sr. Presidente. Eu queria referir alguns aspectos da nossa cidade. Eu queria iniciar pela parte cultural. A época turística está agora a surgir, as chuvas, pelos vistos, já passaram, os ventos na nossa cidade são comuns, e, perante estas situações, eu gostaria, mais uma vez, de apelar à Câmara para nestes últimos seis meses de mandato, nós estaremos cá até ao fim, embora alguns galos tenham já crescido mas nós iremos até ao fim, já que se estão a dar alguns subsídios a associações e instituições culturais, musicais e teatrais desta cidade por que razão não aproveita este momento para obrigar essas associações a darem diversos espetáculos de rua em algumas praças da nossa cidade, nomeadamente, Largo da Estação, Praça José Estêvão, Praça da Biblioteca e muitas outras que nós temos. Colocar aí pequenos palcos, pequenas zonas, todas as semanas, todos os fins-de-semana, obriguem essas instituições a irem lá mostrar o que é que fizeram durante estes anos todos que a Câmara as andou a subsidiar. Acho que é urgente a Câmara tomar uma posição sobre esta atitude. Acho que é uma forma de desenvolver a cultura e uma forma de animar a cidade, de cativar turistas na cidade para, realmente, poderem consumir e desenvolver a cidade.

Outra questão que eu queria aqui levantar tem a ver com o estacionamento, salvo erro, na Rua José Rabumba. A partir do momento em que uma empresa de transportes adquiriu todas as outras empresas, e que tem muitas carreiras interurbanas, a paragem principal é naquela

zona. O que provoca grandes engarrafamentos e um movimento com falta de segurança, os passageiros são tantos que criam situações de insegurança no embarque e desembarque das pessoas. Acho que era urgente que a Câmara Municipal tente acabar com aquele estacionamento ali. Eu sei que falta uma verba muito elevada para completar o nosso centro de transportes, mas penso que puxando aquela paragem para o outro lado, se for mais cem metros à frente ou menos cem metros atrás, não há problema nenhum nisso. Agora, assim é que é francamente mau aquilo estar ali assim situado. Antes eram só os transportes para a Costa nova e a Barra, mas agora não, são os transportes para a Covilhã, para a Guarda, que vão para mil e um sítios, e todos param ali. Penso que a Câmara deveria criar outras situações.

Já que estamos na época das sinaléticas, que está a ser bastante útil, e que toda a gente vê que ela é para peões, colocar uma sinalética para que se crie um parque de autocarros debaixo da ponte de S. João. Eu já tenho visto autocarros de turismo estacionados longitudinalmente no Rossio. Um autocarro de turismo que tem dezasseis, dezassete metros de comprimento ocupa logo o espaço de seis ou sete carros. Tem de se tomar uma medida perante isto. É necessário uma sinalética que obrigue os autocarros a atravessarem a ponte de S. João, pelo menos que me conste a ponte tem essa capacidade de suporte, e temos a zona do Parque de S. João que só aos fins-de-semana é que tem ocupação. Não é um grande investimento para a cidade.

Outra situação que já foi aqui referida mas que eu continuo a corroborar é sobre a iluminação pública. A iluminação pública, mesmo na zona do Rossio, está a “abrir” demasiado tarde. Ainda esta semana ela foi liga, pelo menos na rua Aires Ribeiro e na zona mais junto ao canal, as nove, nove e meia. Não sei se foi pela mudança da hora, mas o que é certo é que a iluminação pública só está a ser ligada às vinte e uma e trinta, o que, realmente, já é bastante escuro. A situação não é nada cómoda para as pessoas que ali habitam e passeiam, ainda por cima numa zona por pessoas não muito convenientes, que utilizam aquela zona e que infelizmente ainda lá estão, nem sei quando é que se conseguirá acabar com aquele degredo que existe no Rossio. Com pouca iluminação é muito pior.

Outra situação que eu queria aqui ventilar e já há bastante tempo também que falo sobre isso, e vem em contexto com a sinalética que aqui foi falada, é a falta de identificação dos edifícios da Universidade. Qualquer turista que venha à cidade, qualquer estudante novo que venha à cidade e que queira ir a alguns edifícios da Universidade, anda completamente às avessas porque não sabe onde é o departamento de física, não sabe onde é o departamento de construção civil, não sabe onde é o departamento de música. Eu sei que a Universidade faz falta à cidade mas eles também têm de cumprir regras. Também temos de obrigar a Universidade de Aveiro a cumprir regras e a identificar os seus edifícios. Até é um bem para eles. Mas se eles assim não o quiserem o município deve-os obrigar a isso. Nós não podemos aceitar que venham cá pessoas de fora, até mesmo pessoas que vão fazer alguns estudos e palestras à Universidade e andem a perguntar onde é que é o edifício das línguas, onde é o edifício da engenharia química ou onde é isto ou aquilo. Portanto, era esta uma chamada de atenção que eu queria deixar à Câmara e que fosse oficializada à Universidade de Aveiro. Nós temos dado tudo à Universidade e a Universidade tem-nos dado os alunos, sim senhor, quinze mil alunos por ano, é verdade, fazem jeito, é bom para a cidade, dá-lhe vida e actividade. Mas a Universidade tem de cumprir algumas regras que a Câmara tem que implementar. E acho que isso é importantíssimo, nós definirmos essa situação. Estas duas situações mais prementes que eu queria colocar a nível municipal.

Politicamente, fazemos parte da coligação, as eleições serão em setembro ou outubro, as nossas organizações nacionais e concelhias estão a tratar do assunto, os lugares, nesta Assembleia, são por mandato não são eternos e portanto todos nós estamos aqui na disposição de servir a comunidade, a causa pública e a causa municipal de Aveiro. Terminando o mandato todos nós temos o direito de colocar o nosso lugar à disposição. Se

nos quiserem voltar a eleger, se nos quiserem de novo nas listas, nós estaremos à disposição. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁵²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰⁵³

“Nesta Comunicação gostaria de abordar alguns assuntos e começaria pelo pórtico do Estádio. Desejamos congratularmo-nos nesta bancada pelo passo dado de na Assembleia da Republica ter sido apresentado por um deputado de Aveiro uma proposta de resolução apresentada pelo PSD e pelo CDS, que contou com os votos do PSD do CDS, do PCP do BE e note-se apenas três votos do Partido Socialista!? Todos os outros Srs. Deputados do Partido Socialista votaram contra este projeto de resolução ou seja para o grosso dos Deputados do Partido Socialista este projeto não era aprovado e a manutenção deste pórtico era definitiva. Realço que os três deputados do partido socialista que votaram a favor da recomendação da retirada do pórtico foram os deputados eleitos por Aveiro.

Aqui esteve aquela máxima que os socialistas tantas vezes falaram nesta assembleia que era o peso dos deputados Aveirenses em Lisboa e quanto aos do Partido Socialista ficamos a saber o seu peso em defesa de Aveiro foi, e é muito pouco.

Agora desejava referir o protocolo da Casa Eça de Queirós em Verdemilho, freguesia de Aradas.

Com este protocolo o Município deve fazer obras de recuperação, mantendo a traça original do edifício, dignificando, desta forma, a casa onde viveu Eça de Queirós.

Esta recuperação do edifício permitirá a criação de um novo espaço cultural no Município que é sempre de registar.

Quanto ao apoio ao projeto social dos Bombeiros Velhos — registar a cedência para utilização do edifício da Freguesia da Glória à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro – Bombeiros Velhos. Os Bombeiros Velhos pretendem implementar o projeto “A Chama Viva” que prevê a construção de uma cantina social, de uma biblioteca/sala de estudo, potenciando uma intervenção ao nível socioeducativo com os bombeiros e suas famílias, para além da organização de uma equipa de apoio.

Quanto a esta temática dos Bombeiros, temática sempre muito sensível desejava saber por parte do Executivo como está o deve e haver dos apoios aos Bombeiros de Aveiro em relação aos protocolos existentes.

Desejava também saber como está o pagamento aos Bombeiros da taxa aqui aprovada em Assembleia Municipal a pagar junto da fatura da água está a ser feita ou seja se a transferência dos valores pagos pelos Aveirenses na conta da água está a ser feita para a conta das instituições Bombeiros Velhos e Bombeiros Novos e como se sabe esta última vive sérios problemas.

Desejava também saber por parte do Executivo quanto às árvores caídas pelo temporal e as que estão em mau estado de saúde as quais têm sido e muito bem cortadas, desejava saber repito se está prevista a sua substituição por outras e se estão previstas datas concretas para esta intervenção.

Quanto às pavimentações, desejava saber por parte do Executivo, quanto às pavimentações anunciadas (e são muitas as anunciadas e previstas nesta comunicação), a minha questão é se o executivo nos pode dar datas concretas de início de execução das mesmas no terreno para de uma vez por todas se ir pavimentando as estradas do município que bem precisam.

Quanto às vias de comunicação desejava também ser informado do andamento no terreno da via de acesso dedicada que irá fazer a ligação própria e dedicada á Unidade de Tratamento Mecânico Biológico — via muito esperada e sempre aqui reclamada e lembrada por esta bancada. Já agora registar o reforço do investimento municipal na Educação.

Quanto às dívidas do executivo, registar a continuidade do esforço do executivo e dos seus

funcionários na manutenção da linha orientação de redução da dívida da Camara. Neste período há uma redução da dívida em cerca de 700 mil €.

Quanto à escolha do candidato ao próximo ato eleitoral! Ó Sr. Deputado, o PSD, a Comissão Política Concelhia de Aveiro do PSD com calma, com tranquilidade, fez, faz e fará as suas opções respeitando as pessoas, o Partido e os Aveirenses. E claro Sr. Deputado, essas opções não serão discutidas aqui. E sabe porquê Sr. Deputado? É que este partido senhor deputado, os nossos partidos também neste assunto são diferentes. E sabe porque é que são diferentes? É que o PSD tem a responsabilidade de escolher, e indicar a individualidade que irá ser o Presidente da Camara Municipal de Aveiro, enquanto na sua bancada é conforme os decibéis que debita que se luta por um lugarzito na lista para a Vereação.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁴

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz⁰⁵⁵

Vereador Carlos Santos⁰⁵⁶

Vereador Pedro Ferreira⁰⁵⁷

Presidente da Câmara⁰⁵⁸

“Questões que ficaram em aberto. Em relação à MoveAveiro será objeto de análise nas próximas reuniões desta Assembleia.

Quanto à mobilidade em Cacia quero aqui dar nota do empenho do Sr. Presidente da Junta nesse processo, na luta que tem desenvolvido para minorar esse problema. Penso que a semana passada estivemos numa reunião para ver se conseguimos ajudar a minimizar este drama que se passa na EN 109.

Quanto à REFER, Dr. Filipe Guerra, depois vamos esclarecer os documentos que solicitou ou pediu, a quem é que pediu, mas estamos disponíveis, se for necessário, para realizar uma reunião onde, com calma, podemos analisar o documento com todo o cuidado e com toda a clareza e transparência.

Em relação à Casa Eça de Queiroz, em complemento da informação da Dra. Maria da Luz, só uma nota mais de natureza pessoal. Foi com alegria que foi assinado aquele contrato, foram negociações intermináveis, como sabem foram muitos anos, e a alegria resultou que ao fim desses sete anos de diálogo, isso tocou-nos de uma forma particular, os proprietários optaram por doar a casa e o espaço envolvente da casa ao município. É um gesto nobre e que aqui tenho o dever de enaltecer. E o momento de assinatura desse contrato com as pessoas é algo que recordarei para sempre comigo, porque, como sabem, há ali uma dupla importância naquele edifício.

Ao Presidente da Junta de S. Jacinto agradecer as palavras que se devem à sua amizade e à sua afabilidade, que são habituais, que são uma nota que o caracteriza. Dizer-lhe também que, S. Jacinto teve um Presidente empenhado, dedicado, disponível, que foi o Presidente ideal para S. Jacinto durante este mandato. Aliás, Aveiro tem tido esta sorte excelentes Presidentes de Junta. Transporte uma mágoa, não será a única mas é a maior mágoa de todas, que é a de não termos tido meios nem forma de ajudar estes heróis e estas heroínas que constroem a sua comunidade e ajudam também a construir o país. E que vivem aquela máxima, que respeitam aquela máxima, de que estão nesses cargos para servir e não para se servirem.

Quanto às árvores, eu espero que a Dra. Ana Maria Seíça Neves não tenha esse juízo de que sempre que eu atravesso a minha assinatura a mandar abater uma árvore não é uma questão de prazer, nem de gosto! As informações técnicas chegam-nos e nós temos que decidir. Já agora permitam-me que lembre que há cerca de dois ou três anos, penso que no município de Porto Santo, caiu uma palmeira. Não havia informações técnicas, não havia nenhum técnico a dizer que a palmeira estava num estado perigoso. Não havia rigorosamente nada. O

presidente da câmara não sabia rigorosamente nada. A palmeira caiu e matou uma pessoa. Há cerca de oito dias foi a sentença proferida: três anos de prisão para o Presidente da Câmara! Espero que isto se perceba. Se num contexto destes, em que o Presidente da Câmara, naturalmente não percebe nada de árvores, não tem culpa nenhuma naquilo, se tem uma condenação de três anos, agora imaginem que um presidente de câmara que recebe uma informação dos técnicos a dizer que esta árvore está em perigo de cair. E o presidente da câmara diz para deixar estar a árvore e depois a árvore cai e mata uma pessoa, penso que não eram três anos de cadeia, eram muitos mais. Não há aqui exagero nenhum, houve uma sentença. Aconteceu a um colega e não sei se nós não tivéssemos tomada aquela decisão difícil, terrível, na Avenida, no dia dezanove de janeiro, se não a tivéssemos tomado eu não sei se não teria cinquenta anos de cadeia.

Quanto à passagem superior sobre a autoestrada em Eirol, pedia à Junta que formalize essa questão, que o faça por escrito quer às Estradas de Portugal, quer à Câmara, de forma que também haja, pela nossa parte pressão sobre essa entidade para a alertar e para que possa intervir.

Quanto à iluminação pública, dois factos apenas para nos ajudarem, para nos balizarem a análise a este assunto. Primeiro, o Município em dois mil e doze gastou cerca de um milhão e oitocentos mil euros em iluminação. Com o IVA de sete para vinte e três, se gastar a mesma iluminação passa para dois milhões e duzentos mil. Este é um facto que tem de estar em cima da mesa quando falamos sobre iluminação, porque temos de a pagar. Segundo facto e são dados da Direcção-Geral de Energia num estudo que desenvolveu em muitas cidades do país, nas principais cidades do país, quanto ao consumo de iluminação pública. Se consultarem os dados verificam um número interessante: o concelho de Aveiro, a nível nacional, é, per capita, o concelho que mais dinheiro gasta em iluminação. Mas com uma diferença muito grande em relação ao segundo e ao terceiro. Em relação a Lisboa, Porto, Coimbra... per capita, Aveiro é, de muito longe, o que mais gasta. Portanto, com acertos que têm de ser, forçosamente, feitos porque estes custos são inoportáveis para o orçamento municipal, com acertos, com correções, mais meia hora, menos meia hora, temos que encontrar uma solução para melhorar estes custos.

Foi também aqui referido que deveríamos ter mandado fazer mais obras, pavimentar mais estradas. Isso era exatamente aquilo, como imaginam, que o Presidente da Câmara mais gostaria de ter feito. Eu pessoalmente também gostava de poder ter um BMW, ter uma casa de praia, gostava de ter uma casa de campo, gostava de ter um jipe. Também não seria difícil. Bastava ir ao stand comprar o jipe, ir ao empreiteiro mandar fazer a obra, porque o problema não é esse. O problema é depois para pagar aquilo que se manda fazer. Espantame com aquilo que se passa no país nos últimos dois ou três anos. Com aquilo que já se passou no nosso município será que nós ainda não aprendemos a lição de que mandar fazer sem ter dinheiro para depois pagar que a factura vai-nos chegar a casa de todos nós para pagarmos aquilo que foi feito sem dinheiro? E chega-nos, depois a dobrar. Porque chega-nos a factura da obra e chega-nos os juros de não termos pago a obra. Houve duas grandes preocupações que nós tivemos. Foi credibilizar a Câmara e foi também procurar respeitar os cidadãos, não transportando para os cidadãos as taxas e os impostos pelos erros que todos nós cometemos na gestão do município. Apetece perguntar: e credibilizar a Câmara não é importante? E pagara a quem se deve não é importante? E cumprir com os compromissos não é importante? Ou importante é continuar a enganar o povo com obras e mais obras e depois não as pagar?

Por último agradecer um elogio que hoje foi aqui proferido na Assembleia, pelo silêncio. Durante sete anos e meio, em todas as Assembleias, em todas, houve um assunto incontornável. Em todas as Assembleias houve sempre um assunto que não fugia a ser apresentado. Penso que não houve nenhuma Assembleia em que não fosse apresentado esse assunto. Até chegou a ser dito aqui que o senhor foi eleito para resolver esse problema,

portanto, resolva esse problema, que é a situação financeira da Câmara e as dívidas da Câmara. E é bom, ao fim de sete anos e meio, estar nesta Assembleia sempre com esse assunto e pela primeira vez esse assunto não estar aqui suscitado. Obrigado.”

De seguida o Presidente da Assembleia, nos termos regimentais,⁰⁵⁹ informou da continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando qualquer oposição.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁰

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Srs. Deputados Municipais.

Em relação às questões que foram, por nós, PCP, colocadas umas foram respondidas, outras nem tanto. Tudo bem. Admitamos as dificuldades de algumas respostas. De qualquer forma há questões que ficaram por responder e que gostaríamos de colocar na mesma. Três ou quatro, aproveitando estes dois minutos que faltam.

Primeiro, Sr. Presidente da Câmara, a ligação entre as Agrads do Norte e a A25, para quando? Sr. Presidente da Câmara, a situação das obras na Escola Secundária Mário Sacramento, os atrasos, para quando a resolução do problema?

Sr. Presidente da Câmara, em relação ao mercado social de arrendamento, na última comunicação do Sr. Presidente da Câmara era referida a existência de doze candidaturas e, salvo o erro, uma aprovação. Na altura, nós PCP, considerámos que isto era a não concretização e um projeto. Ou então, a concretização de um mau projeto, na exacta medida em que o mercado social de arrendamento apenas atingiu um município. Nesta comunicação do Sr. Presidente o assunto veio reformulado, com novidades. Terá havido um reajuste, um decréscimo de dez por cento e terão havido agora mais candidaturas: dezassete. Colocamos a questão se já houve aprovações, quantas houve e se, de facto, estas transformações se concretizaram em alguma coisa.

Aproveitava o minuto final para falar de um assunto que merecia mais que um minuto final, merecia alguma profundidade, mas como, eventualmente, não irá estar nas próximas comunicações do Sr. Presidente, nem nas próximas ordens do dia das próximas Assembleias Municipais, vou procurar colocar de uma forma sintética. Na exacta medida da crise social e económica surgem outros fenómenos sociais, nomeadamente a exclusão social, marginalização de comunidades ou indivíduos, problemas complicados. A realidade é esta. Por exemplo, só reportando-nos ao número atual de sem abrigos no nosso concelho existirão, neste momento, cerca de sessenta sinalizados. Não havendo, da parte da comunicação do Sr. Presidente, qualquer referência a este assunto, e note-se, não se está a exigir respostas cabais, totais, à presidência da Câmara, mas a Câmara Municipal tem de ter uma intervenção sobre isto, tem que ter uma palavra a dizer, e a Vereadora do Pelouro terá que ter uma palavra a dizer sobre isto. Nós colocamos a questão de que é urgente a Câmara Municipal tomar medidas em relação a isto e começar a interpretar este problema não apenas como um problema do ponto de vista concelhio, mas também procurar encontrar uma escala intermunicipal para de alguma forma, dentro das suas possibilidades, minorar os dramas sociais associados a esta temática e a estes problemas, dentro do nosso concelho e, naturalmente, na região. As questões nacionais corresponderão ao governo da República. Mas há aqui um papel que a Câmara Municipal deve assumir. E nós observamos que a comunicação do Presidente nas questões da área social, vemos o projeto ReAgir, o grupo de reflexão RiS, enfim, outras coisas, e até admitimos que têm o seu papel, com certeza que terão, não duvidamos disso, mas não estão a intervir sobre isto e era importante que a Câmara Municipal de Aveiro começasse a ter uma palavra sobre este assunto. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶¹

“Ficámos a saber com as declarações do Executivo esta coisa surpreendente, que é a Câmara saber que existem Planos de Mobilidade. Quem olha para a cidade, o mais comum dos cidadãos, não dá por ela, pelo contrário, é levado a pensar que a Câmara tem um plano de imobilidade. E em planos de imobilidade esta Câmara, diga-se de passagem, é excelente. Agora, vir aqui dizer que a taxa de ocupação de estacionamento à superfície vai diminuir e por isso temos de fazer parques subterrâneos novos e concessionar por sessenta anos todo o estacionamento urbano é, no mínimo, totalmente descabido, não faz qualquer sentido.

O que faria sentido, mas esta Câmara não o sabe, ou sabe mas finge que não, é contrariar o uso do automóvel para percursos acima dos seiscentos ou setecentos metros. É o que se faz em todas as cidades da Europa menos em Aveiro.

Em Aveiro, aliás, esses percursos representam a maior parte das deslocações e com um sistema de transportes eficazes isso ficaria resolvido. Só que a única coisa que esta Câmara sabe fazer com os transportes públicos é vendê-los, destruí-los, acabar com eles. Na verdade não há nenhum plano de mobilidade em Aveiro. Há um plano de negócios com amiguinhos. Felizmente vamos poder discutir isso na próxima segunda-feira. Mas sobre esta matéria quero ainda dizer que a definição de democracia do Vice-presidente Carlos Santos é no mínimo assustadora. Diz ele: «ganhámos as eleições e por isso podemos fazer o que quisermos até ao último dia». Deixe-me fazer-lhe uma pergunta: sabe o que é um programa eleitoral? Sabe que a sua legitimidade política tem que se enquadrar com o seu programa eleitoral? Pelos vistos não sabe, não quer saber e isso é, no mínimo, grave. Nem sequer sabe o que anda aqui a fazer. Eu li aquela espécie de programa do PSD há quatro anos e não me lembro de ver lá a concessão, por sessenta anos, do estacionamento em Aveiro. Por isso não pode fazê-lo, não deve fazê-lo e isso é um desrespeito até com quem votou no PSD. Finalmente e falando das respostas da Câmara, ajustes diretos deste Executivo. O Presidente disse aqui que tentou credibilizar a Câmara. Mas não houve resposta para tanto ajuste direto para uma empresa de amiguinhos. Mais de meio milhão de euros em ajustes diretos com a empresa Antero Santos & Santos, Lda. Um dos sócios é o Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Alguém que é da esfera política e pessoal próxima deste executivo. Não havendo resposta, digo eu, não resta mais alternativa nenhuma ao Bloco, em nome da transparência da gestão da coisa pública, do que enviar uma exposição para a Inspeção-geral das Finanças, e vamos fazê-lo. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶²

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶³

“Obrigado Sr. Presidente. Eu queria-me referir a duas coisas ou três. Falou-se aqui no turismo religioso. Eu acho que nós não nos devemos enganar porque o turismo é uma coisa que não se deve brincar. E nós em Aveiro não temos turismo religioso. Nós não temos sequer o mínimo de oferta turística religiosa. Nós nem estamos na rota para Santiago. Nós simplesmente usufruímos da rota para Fátima. É a única coisa que temos. E aproveitando a embalagem do turismo, Sra. Vereadora, queria-lhe dizer o seguinte. Espero que o quiosque seja colocado na Estação até ao Verão. Eu estou aqui para o apoiar. Outra coisa. Falou-se aqui do trânsito no Rossio. Eu apoio o que a Câmara que fazer. Eu apoio e muito mais. Já não é a primeira vez que eu digo aqui. Peço-lhe, Sr. Presidente da Câmara que o faça quanto antes. Em Aveiro, no centro da cidade, não se deve circular a mais de trinta quilómetros horários. Eu quero dizer ainda mais. Se nós fizermos daqui, do centro, à saída deste monumento na Avenida, o centro da cidade nós, deste centro, para nos deslocarmos a pé a tudo o que é necessário e de interesse em Aveiro, gastamos dez minutos. Nós vamos a

qualquer sítio a pé em dez minutos. Portanto, quanto menos carros transitarem ou mais devagar, melhor.

E agora queria falar um bocadinho sobre a Acção social. Hoje fala-se muito da Acção social. Fala-se muito, diz-se muito, mas eu penso que a acção social é muito técnica, é muito licenciada ou doutorada. É muito de imagem e para o “blá, blá”. Isto vem a propósito de quê? Nos tempos que correm, onde há cada vez mais pessoas a pedirem e a necessitarem, eu quero-vos dizer que há uma hora eu estive a assistir às Florinhas do Vouga a darem um miminho aos pobres. E o que eu queria dizer é que aquilo que levam hoje é pouco. Vão à Estação, ao Rossio. Eu hoje contei trinta e cinco pessoas. Aquilo que eu propunha à Sra. Vereadora era que nós nos juntássemos e apoiássemos as Florinhas do Vouga para oferecerem, à noite, todos os dias, no mínimo, uma sopa quente. Sra. Vereadora voluntários há para entrega, eu proponho, através da Junta de Freguesia, com colaboração, com apoio, nós fazermos a sopa quente e levá-la porque cada vez são mais.”

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁴

“Utilizando uma das palavras do Sr. Presidente achei “espectacular” que nem o Sr. Presidente, nem nenhum dos Vereadores tenham respondido às minhas questões!? Uma delas penso que era bastante pertinente que era sobre o Centro de Saúde de Esgueira e a Unidade de Saúde de Esgueira. Sobre esse assunto eu coloquei várias questões.

Também coloquei uma pergunta à Sra. Vereadora Dra. Maria da Luz e não foi respondida acerca do polo de leitura de Esgueira. Não entendo porque é que não me responderam sendo estes assuntos bastante pertinentes e de interesse para todos.”

Vogal Seíça Neves (PS)⁰⁶⁵

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁶

“Três breves notas. Começamos pela mobilidade e pelo Sr. Vereador da Mobilidade. Fazer planos de mobilidade são aspectos muito distintos de ter políticas de mobilidade. E o que os Srs. neste momento têm ou que pediram para executar foram planos de mobilidade, foram estudos sobre a mobilidade. E o que compete ao Executivo é tomar opções políticas sobre a mobilidade. E sobre isso estamos entendidos. Os Senhores têm ou vão ter o documento mas não têm política de mobilidade. Resumindo, têm política de mobilidade por que, ao longo do tempo em que estiveram, estão e vão estar no Executivo, tomaram um conjunto de medidas antes do plano ser apresentado. E a minha pergunta é: então para que pediram o plano de mobilidade? Se tomaram medidas antes de terem o plano pronto para que é que pediram o plano de mobilidade? Se desmembraram a MoveAveiro para que é que pediram o plano de mobilidade? Se querem fazer parques de estacionamento, se já tomaram a decisão porque é que pediram o plano de mobilidade? Há que ser preciso e perceber que tipo de funções se exercem quando estão nesses locais. Não é pedir planos de mobilidade. A opção política sobre os resultados é que define aquilo que se faz em termos de mobilidade, face aos resultados que são apresentados. E sobre isso, já o disse, estamos entendidos. Os Srs. têm uma política de mobilidade. Seria muito conveniente dizerem que não têm, que andam às aranhas. Não. Têm política de mobilidade. Acabaram com os transportes públicos em Aveiro, é a vossa marca. Querem fazer parques de estacionamento com concessão a sessenta anos. Não vai ser a vossa marca. E, portanto, sobre mobilidade estamos entendidos. Aveiro é uma cidade conhecida por ter as BUGA. Onde é que elas estão? Estamos a preterir transportes públicos. Estamos a preterir bicicletas. Estamos a preterir modos suaves de andar a pé, por exemplo na cidade. E o que é que estamos a fazer? Estamos a optar por ter uma política baseada no automóvel. Nada de errado, depende da perspectiva. Essa é a vossa política. E a

minha pergunta é: se tomaram todas essas decisões para que é que querem os planos de mobilidade.

Imagine que no plano de mobilidade há conclusões que contrariam as vossas decisões. O que é que os Srs. fazem aos planos de mobilidade? O que é que os Srs. vão fazer? Vão desfazer as decisões que tomaram? Aguardemos então pelos planos de mobilidade.

Relativamente à questão da energia a solução para gastar menos luz, para gastar menos energia em termos de iluminação pública, é apagá-la. Não vos passará, porventura, não terão encomendado um plano relativamente a novas tecnologias do ponto de vista da iluminação pública. Não será essa uma solução? É que eu nunca ouvi falar disso aqui.

Já que estamos a ouvir dizer que há assuntos que nunca vieram cá, vieram. E não-de vir. É que há um momento próprio, nesta assembleia, composta por várias sessões. Nesta não apareceram questões relacionadas com a dívida da Câmara ou com as contas do Executivo, mas não-de aparecer. Como o Sr. Presidente estava a dizer que houve um assunto que não foi falado, eu pensei que ia falar nas Piscinas, que, de facto, hoje não foram faladas. Mas eu acabei por falar agora e, portanto, essa questão acabou por não se colocar. Deixava também, bem vincada, uma questão. Não é por não falarmos nos assuntos na Assembleia Municipal que eles desaparecem. Não é por não falarmos aqui que os assuntos se resolvem como por um passo de magia. E as piscinas lá estão. E o terreno lá está. E se calhar há-de continuar daquela forma. Não é um espectáculo agradável, principalmente para quem lá passa diariamente.

Finalmente, relativamente às Contas, e antecipando de alguma forma aquilo que, com certeza, irá ser essa discussão. As questões financeiras são questões numéricas, mas é preciso perceber o que é que dá substância às questões numéricas. Portanto, não basta dizer que reduzimos o passivo da câmara. É preciso perceber porque é que isso aconteceu. E é preciso perceber também que não está tudo pago. Não está tudo pago. Não estou a falar das grandes questões. Estou a falar das pequenas coisinhas. Porque quem diz e que se roga de ter reduzido não sei quantos milhões ao ritmo de um milhão por mês tem de explicar como é que frequentemente aparece na opinião pública alguém, a entidade A, entidade B ou entidade C, a dizerem que lhe devem uns trocos. Como viu, a questão das contas apareceu e há-de aparecer, com certeza. Não estamos esquecidos.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁶⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶⁸

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Cristo⁰⁶⁹

Vereadora Maria da Luz⁰⁷⁰

Presidente da Câmara:⁰⁷¹

“Brevemente. Ligação à A25: as obras já recomeçaram e o prazo previsto para conclusão é de dois meses.

Quanto à Unidade de Saúde, o contrato de programa permanece válido. Nós temos insistentemente pressionado nesse sentido quer em relação a Esgueira, quer em relação a Cacia, quer em relação a S. Bernardo — e vamos continuar a pressionar. O Presidente da Câmara e a Câmara estão disponíveis para vos acompanhar nessa luta, às três freguesias. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁷² a primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 22 de Abril (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 20 de Abril de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)